



***EU NAO VOU ME CALAR: SUSPENSÃO DE COTAS PARA PESSOAS  
TRANS NO ENSINO SUPERIOR E O SILENCIAMENTO DAS DISCUSSÕES  
SOBRE GÊNERO***

***EU NAO VOU ME CALAR: SUSPENSION DE CUOTAS DE PERSONAS  
TRANS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y SILENCIAMIENTO DE LAS  
DISCUSIONES DE GÉNERO***

***EU NAO VOU ME CALAR: SUSPENSION OF QUOTAS FOR TRANS  
PERSONS IN HIGHER EDUCATION AND THE SILENCING OF GENDER  
DISCUSSIONS***

*Thiago Luiz Sartori<sup>1</sup>*

*Bruno Gomes Pereira<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar os efeitos de sentidos causados pelo ato de censura às políticas afirmativas de cotas de acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis no contexto universitário de uma instituição brasileira. A Fundamentação Teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos enunciativos da linguagem em consonância com os trabalhos sobre políticas públicas no ensino superior brasileiro. A metodologia é do tipo documental e de abordagem qualitativa, já que o corpus da investigação é constituído pelo Processo 5000681-64.2023.4.04.7101/RS, Evento 1, INIC1. A pesquisa evidencia uma tentativa de silenciamento das pessoas trans no bojo da educação superior, além de reverberar também uma postura preconceituosa e heteroformativa bastante questionável nos dias atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cotas. Políticas Públicas. Transexuais. Travestis.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade de São Caetano do Sul (USCS). Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Ensino de Língua e Literatura (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Universidade Anhanguera de São Paulo, Santo André, São Paulo, Brasil.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar los efectos de sentido causados por el acto de censura de las políticas afirmativas de cuotas de acceso y permanencia para personas transgénero y travestis en el contexto universitario de una institución brasileña. La Fundamentación Teórica se ubica en el campo interdisciplinario de los estudios enunciativos del lenguaje en línea con los trabajos sobre políticas públicas en la educación superior brasileña. La metodología es de tipo documental y de enfoque cualitativo, ya que el corpus de la investigación está constituido por el Proceso 5000681-64.2023.4.04.7101/RS, Evento 1, INIC1. La investigación muestra un intento de silenciar a las personas trans dentro de la educación superior, además de repercutir también en una postura prejuiciosa y heteroformativa hoy bastante cuestionable.

**PALABRAS-CLAVE:** Cuotas. Políticas públicas. Transexuales. Travestis.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the effects of meaning caused by the act of censorship of affirmative access and permanence quota policies for transgender and transvestite people in the university context of a Brazilian institution. The Theoretical Foundation is housed in the interdisciplinary field of enunciative studies of language in line with works on public policies in Brazilian higher education. The methodology is of the documentary type and of a qualitative approach, since the corpus of the investigation is constituted by Process 5000681-64.2023.4.04.7101/RS, Event 1, INIC1. The research shows an attempt to silence trans people within higher education, in addition to also reverberating a prejudiced and hetero-formative stance that is quite questionable today.

**KEYWORDS:** Quotas. Public policy. Transsexuals. Transvestites.



## Introdução

Muito se tem discutido acerca das Políticas Públicas Brasileiras de acesso e permanência das pessoas transexuais e travestis no ensino superior do país. Muito dessa demanda é motivada pelo atual momento social em que estamos inseridos, partindo da premissa de que, na atual conjuntura social, pensar em minorias tem relação direta com as questões sobre inclusão, empoderamento e vários outros aspectos que dialogam com a assimetria entre os seres humanos em diversos domínios sociais (SARTORI, 2020; SOUZA JÚNIOR, 2012; SOUSA; GRAUPE; LOCKS, 2019; ROSA, 2020).

A concepção de empoderamento que estamos considerando neste trabalho parte das colaborações de Foucault (2006), quando relaciona poder e estrutura social a partir de um recorte de tempo. De acordo com o autor, para pensarmos em estruturas de poder, é necessário levar em consideração o momento histórico sobre o qual se fala, pois o empoderamento tem contornos temporais, considerando os anseios emergentes de uma sociedade dentro de um determinado escopo.

Nesse caso, falar em tempo nos parece <sup>gênero</sup> algo pertinente, partindo da premissa de que é a partir disso que se torna possível compreender as demandas e prioridades sociais. Levando em consideração o atual cenário, as relações parecem estar permeadas por movimentos fluidos, que se reorganizam de maneira constante. Assim, esta sociedade dita “líquida”, nos termos de Bauman (2008; 2004; 2001), nos convida a pensar no empoderamento a partir da possibilidade de sobrevivência em um mundo que se caracteriza pela efemeridade das coisas.

Nesse cenário, as políticas afirmativas têm se fortalecido, já que o atual momento favorece as discussões acerca de minorias que, historicamente, apresentam discursos de resistência. Este movimento tem ganhado força também no contexto de discussões acadêmicas, já que as referidas políticas têm apresentado desdobramentos mais evidentes, representados por meio das cotas de acesso e permanência das pessoas transexuais e travestis no bojo universitário. Podemos dizer que estas medidas se constituem por intermédio das diretrizes dos Direitos Humanos, já que visam garantir os direitos mais essenciais da educação às pessoas trans, em divergência de um olhar heteroformativo, característico da cultura brasileira (ALVES, 1994; FARIA, 1994; JUNQUEIRA, 2017; SARTORI, 2022b).

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar os efeitos de sentidos causados pelo ato de censura às políticas afirmativas de cotas de acesso e permanência das pessoas transexuais e travestis no contexto universitário de uma instituição brasileira. Entendemos que esta iniciativa de represália não seja condizente com os atuais momentos sociais e acadêmicos pelos quais estamos passando.

A Fundamentação Teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos enunciativos da linguagem (BLOMMAERT, 2014; DAHLET, 2005; HANKS, 2008; FIORIN, 2006) em consonância com os trabalhos sobre políticas públicas no ensino superior brasileiro (SARTORI, 2022a; SARTORI; PEREIRA, 2022b; SARTORI; PEREIRA, 2022c; SARTORI; PEREIRA, 2022d). Partimos do pressuposto de que esta confluência teórica nos ajuda a compreender o objeto de investigação a partir de um olhar mais complexo, o que pode se apresentar como satisfatório se levarmos em consideração que os saberes acadêmicos são complementares e não excludentes.

A ideia de “interdisciplinaridade” que adotamos aqui converge com os estudos de Fazenda (2008) e Lima (2008), quando os autores relativizam o alcance dos saberes acadêmicos no momento da construção da pesquisa. Para eles, o conhecimento humano

é como um sistema, que se constitui a partir das relações entre diversos saberes na construção de um dado objeto.

A metodologia é do tipo documental e de abordagem qualitativa, já que o corpus da investigação é constituído pelo Processo 5000681-64.2023.4.04.7101/RS, Evento 1, INIC1. A pesquisa documental nos ajuda a pensar em que medida o registro do documento em análise caracteriza as estruturas sociais vigentes, nos levando a pensar no entorno deste documento (BORTONI-RICARDO, 2008; CELLARD, 2008; PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; SÁ-SILVA et al, 2009; SEVERINO, 2007).

Diante disso, é válido considerarmos o seguinte problema de pesquisa: *O que revelam as análises dos efeitos de sentidos causados pelo ato de censura às políticas afirmativas de cotas de acesso e permanência das pessoas transexuais e travestis no contexto universitário de uma instituição brasileira?*

Esperamos que este trabalho possa render ganhos às pesquisas científicas que problematizam questões de gênero e o acesso ao ensino superior por intermédio das cotas. Por meio disso, advogamos por possíveis desdobramentos desta temática em momentos vindouros de interlocução acadêmica.

### **Políticas Públicas Brasileiras e o Sistema de Cotas para Acesso e Permanência de Transexuais e Travestis no Ensino Superior**

Nesta seção, apresentamos um panorama acerca das pesquisas acadêmicas que problematizam o sistema de cotas para acesso e permanência de transexuais e travestis no ensino superior. Isso nos ajuda a visualizar o atual cenário de discussões universitárias, o que nos leva a desenhar o atual momento social.

A criação das cotas para acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis no ensino superior brasileiro representa um avanço nas discussões sobre gênero no Brasil, além de representar também uma conquista por parte dos integrantes da comunidade LGBTQIAP+<sup>3</sup> no que se refere à visibilidade diante de uma sociedade marcada pelo heteroformalismo.

Nesse sentido, entendemos que o termo “inclusão” pode ser utilizado neste contexto, a partir da concepção dos estudos de gênero. Estamos entendendo a inclusão como medida de vozeamento de pessoas historicamente deixadas à margem pelas

<sup>3</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual.

Eu não vou me calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre estruturas sociais em razão do seu gênero, fugindo a um olhar heteroformativo (JUNQUEIRA, 2017)

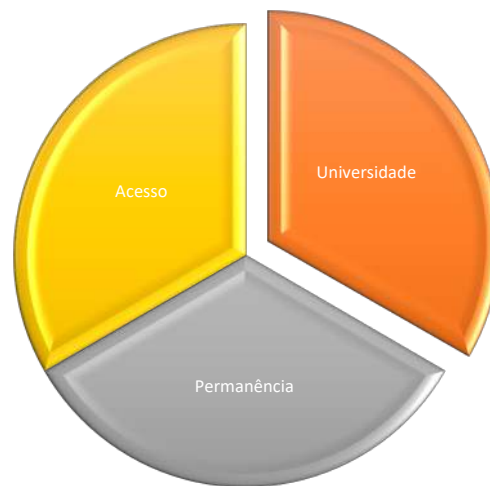
Mediante a estes acontecimentos, as políticas públicas brasileiras voltadas ao ensino superior começaram a projetar essas conquistas no âmbito do ingresso na universidade. Evidentemente, ainda há muito a ser feito, levando em consideração que o meio acadêmico é visto como um contexto social em que o índice de violência transfóbica se mostra alarmante. Trata-se de uma informação que ilustra a natureza disfórica da universidade, partindo da premissa de que o meio acadêmico difunde um discurso latente de reagregação e não de separação entre diferentes grupos sociais (SARTORI, 2022a; SARTORI, 2022b; SARTORI, 2020; SOUZA JÚNIOR, 2012; SOUSA; GRAUPE; LOCKS, 2019; ROSA, 2020).

O termo “reagregação” neste artigo parte dos estudos franceses da Sociologia das Relações, os quais problematizam a interação entre atores humanos e não-humanos no processo de interação social. Para Latour (2012; 2004; 2000), pensar em reagregar ao social grupos marginalizados historicamente nos leva a entender a sociedade enquanto rede, uma vez que a atuação desses grupos nos domínios sociais mostra-se relevante ao desenvolvimento das relações sociais como um todo, tal como em um ecossistema.

Em outros termos, do ponto de vista sociológico, podemos inferir que o sistema de cotas universitárias para pessoas trans representa um ato de reagregação social da pessoa transexual e travesti em um contexto historicamente pouco frequentado por estas pessoas. Isso, de alguma forma, nos ajuda a pensar nos efeitos no mercado de trabalho, em que a pessoa trans também parece ter pouco engajamento.

A Figura 1 representa o esquema de acesso e permanência de acordo com as Políticas Públicas vigentes. A referida imagem foi elaborada a partir do que as pesquisas na área revelam (SARTORI, 2020; SARTORI; PEREIRA, 2022a).

**Figura 1:** Esquema de Acesso e Permanência de acordo com as Políticas Públicas



**Fonte:** Dos Autores

A figura acima é constituída por um círculo, o qual se desenvolve a partir da interconexão entre 3 partes: i) o acesso; ii) a permanência; e iii) a universidade. Por meio de um movimento cíclico, esta tríade caracteriza uma relação por etapas, tal como demonstra grande parte das pesquisas acadêmicas que versam sobre a referida temática (SARTORI; PEREIRA, 2022a; SARTORI; PEREIRA, 2022b).

É possível perceber que a parte laranja, que representa a universidade, encontra-se deslocada em relação às demais que constituem a figura. Este afastamento representa os entraves que este tipo de política pública enfrenta no país, em decorrência de uma visão neocolonialista nas relações. Em outras palavras, o distanciamento ilustrado semiotiza as divergências identificadas entre o discurso teórico das cotas e a projeção prática das mesmas no âmbito das relações interpessoais no contexto universitário.

O termo “neocolonialismo” é empregado para designar o movimento dicotômico nas relações humanas na atual conjuntura social. Embasado na relação subordinante *versus* subordinado, já proposto pela assimetria colonial, o neocolonialismo reverbera a presença do pensamento abissal, em concordância com um olhar segregador, especialmente no que compete ao mundo ocidental. Para isso, no contexto das políticas de cotas, o neocolonialismo parece se instaurar a partir das relações estabelecidas entre os atores sociais após o movimento de acesso. Isso, por sua vez, parece acentuar os episódios de violência de gênero nas universidades (SANTOS, 2008; SANTOS, 2007).

Além disso, as pesquisas também revelam a diferença entre acesso e permanência de pessoas trans no contexto universitário a partir da prática relacional. Diante disso, podemos comprovar que garantir o acesso não necessariamente permite a permanência dessas pessoas, uma vez que a convivência entre transexuais e travestis com os ditos “héteros” nem sempre é permeada pela harmonia e pelo respeito. Muito frequentemente há relatos que comprovam a dificuldade por parte das pessoas trans em viverem no meio acadêmico, pois a convivência é quase sempre permeada por conflitos e violência (SARTORI, 2022a; SARTORI, 2022b; SARTORI, 2020; SOUZA JÚNIOR, 2012).

Nesse mesmo sentido, o distancianento previsto na Figura 1 também ilustra as lacunas deixadas pelas Políticas Públicas Brasileiras no que se refere ao amparo à pessoa trans após o acesso. Não há até o momento uma política afirmativa que possa funcionar efetivamente nesse sentido. Com isso, a figura da pessoa trans continua vulnerável mesmo dentro de um contexto que deveria priorizar o respeito à diversidade sexual e de gênero (GRAUPE; LOCKS, 2019; ROSA, 2020).

No campo da literatura especializada, ainda são poucos os estudos produzidos nessa área e desenvolvidos por pessoas trans, ainda que estejamos reconhecendo o seu crescente número. Isso torna-se algo importante a ser considerado quando compreendemos a influência do lugar de fala do pesquisador em relação ao objeto pesquisado. Como exemplos, podemos mencionar os trabalhos de Jesus (2012), Nascimento (2022) e Odara (2020), os quais discutem questões sobre identidades de gênero a partir de diferentes perspectivas.

Jesus (2012) faz um panorama crítico acerca das problematizações latentes no campo das identidades de gênero a partir de uma visão antropológica. A autora discute e que medida a evolução das discussões acadêmicas desse âmbito refletem as transformações sociais. Ao mantermos um paralelo com as políticas afirmativas, podemos entender que estes avanços são lentamente materializados nas bases de acesso e permanência de pessoas trans na universidade, considerando as lacunas identificadas nesse processo de inclusão.

Já Nascimento (2022) opera mais no contexto da problematização do termo “transfeminismo”, entendido pela autora como o período de transformação biológica e psicológica da pessoa transexual feminina. Assim, questões sobre binarismo são levadas em consideração para que seja possível compreender os ideais disjuntivos do referido termo. No campo das políticas afirmativas, isso nos ajuda a pensar na ideia de

transformação como algo social, uma vez que o ingresso dessas pessoas na educação superior é visto como consequência de uma transformação que se estabelece entre o individual e o coletivo.

Por fim, Odara (2020) discute sobre a presença da pessoa transexual no contexto da educação formal brasileira a partir da ideia de “travestilização”, termo criado para se referir à inserção da pessoa trans em um meio social dominado por uma ideologia heteroformativa. Nesse caso, nos ajuda a pensar o aspecto afirmativo das políticas públicas considerando a sensação de não pertencimento que costuma acompanhar um processo de acesso sem necessariamente se preocupar com sua permanência no local.

Por fim, pensar nessas disjunções nos ajuda a entender os dados desta pesquisa, já que os posicionamentos contra a política de cotas são presentes por parte de uma sociedade altamente separatista e heteroformalista.

### **Silenciamento a partir das Teorias do Discurso: Uma medida de disjunção ideológica**

Nesta seção, apresentamos as principais vertentes de investigação dos estudos enunciativos da linguagem, com foco nos conceitos que mobilizamos na construção do percurso de análise deste trabalho.

As relações sociais são permeadas por vozes, as quais semiotizam aspectos ideológicos de quem fala diante de um determinado fato ou conflito. Nesse sentido, os estudos enunciativos da linguagem procuram mapear estas ideologias para que, com isso, possamos entender as projeções vocais dentro de um determinado recorte de tempo e espaço, o que acaba sendo propulsor para a construção de sentidos a partir destas vozes (BLOMMAERT, 2014; DAHLET, 2005; HANKS, 2008; FIORIN, 2006).

Neste trabalho, o sentido que aferimos ao termo “voz” está alojado no campo das investigações enunciativas da linguagem, campo de investigação ideológico-discursivo que se estabelece a partir do engajamento entre o discurso e a ideologia, encontrando na voz a materialização desses discursos e dessas ideologias (BAKHTIN, 2006; BAKHTIN, 2003; BAKHTIN, 1984).

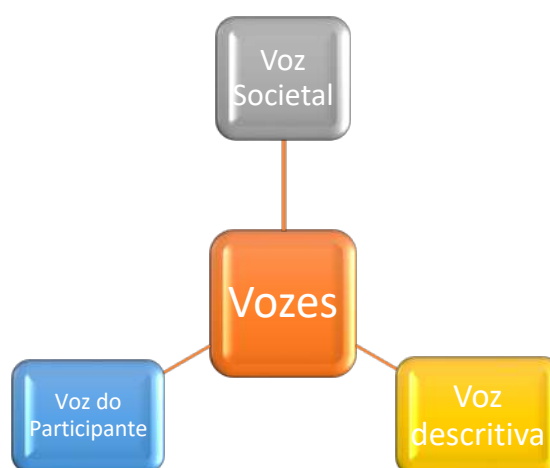
Assim, o referido termo, no escopo deste trabalho, não agrega noções de vozeamento enquanto som emitido pelas cordas vocais, embora reconheçamos que isso seja uma das suas várias possibilidades de materialização. Estamos entendendo a palavra

Eu não vou me calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre “voz” como uma manifestação ideológica e abstrata dos interesses do homem dentro de um coletivo maior, em que se encontra. Assim, tudo que falamos e pensamos representam projeções de vozes realocadas dentro de um tempo e de espaço, já que advém de concepções já existentes. Em outras palavras, tudo o que pensamos é recorrente de algo já existente e previamente pensado por alguém. Logo, do ponto de vista discursivo, vivemos em um mundo permeado por ressignificações de ideias que já existem e, por isso, se fazem presentes nos discursos de hoje. Isso representa o que chamamos de dialogismo, movimento construído a partir da confluência entre ideias e comportamentos sociais (BAKHTIN, 2006; BAKHTIN, 2003; BAKHTIN, 1984).

No âmbito das Políticas Públicas e do sistema de cotas, é possível perceber a existência de diferentes vozes sociais que apresentam uma significativa dificuldade de conviverem dentro do espaço acadêmico. Nesse sentido, podemos dizer que os casos recorrentes de violência são, na verdade, um desencontro de vozes que, por não compactuarem das mesmas ideologias, se repelem e, com isso, geram efeitos de sentidos que apontam para uma situação de violência.

A Figura 2 ilustra os tipos de vozes a partir das pesquisas desenvolvidas na área enunciativa da Sociopragmática Dinamarquesa. A imagem foi extraída do trabalho de Pereira e Fossile (2015), quando problematizaram questões de vozes na escrita acadêmica reflexiva e profissional no bojo de uma Licenciatura em Letras, no interior do Tocantins.

**Figura 2:** Tipos de Vozes



**Fonte:** Pereira e Fossile (2015)

A figura acima representa o sistema de vozes, de acordo com os estudos enunciativos dinamarqueses. Percebemos uma célula central, na cor laranja, que

representa as vozes em seu sentido mais amplo. A partir dela, temos as seguintes vozes: i) societal, na cor cinza; ii) descritiva, na cor amarela; e iii) participante, na cor azul. Mesmo se tratando de diferentes classificações de vozes, não podemos separá-las no ato funcional das práticas sociais, uma vez que se fundem e, com isso, ajudam o ator na construção da sua leitura de mundo e das pessoas.

Dos tipos de vozes, nos atentaremos à voz societal, caracterizada pela concepção vocal assumida pelo ator social a partir de uma visão construída historicamente. Em outras palavras, trata-se de um tipo de voz que evidencia interesses pessoais, construídos a partir de interesses coletivos, por meio dos quais é possível ouvir aquele grupo (MEY, 2014; MEY, 2001; MEY, 1998).

Nesse escopo, inserimos as pessoas transexuais e travestis como exemplos de atores sociais vozeados societalmente, já que sua concepção dialética nos ajuda a entender outros olhares lançados sobre si, tais como o olhar das políticas públicas e o dos demais atores que convivem nesse meio. Para isso, é necessário retomar aos valores históricos, os quais se fazem presentes nas projeções vocais (SARTORI; PEREIRA, 2022a; SARTORI; PEREIRA, 2022b).

Por fim, estamos entendendo estas vozes como manifestações ideológicas. No caso de situações em que as demonstrações vocais são impedidas de serem ouvidas, entendemos que isso represente um silenciamento dessas vozes, algo já marcado historicamente.

## Metodologia da Pesquisa

Nesta seção, caracterizamos o percurso metodológico da pesquisa. Para tanto, levamos em consideração o tipo e a abordagem da investigação, o que nos ajuda a compreender melhor os dados tratados.

O tipo de pesquisa deste trabalho é documental e a abordagem é qualitativa. Escolhemos o Processo 5000681-64.2023.4.04.7101/RS, Evento 1, INIC1, como documento de análise da investigação. Trata-se de um processo jurídico, em domínio público, que versa sobre uma ação de repressão sobre o fato de uma universidade pública, ao Sul do Brasil, ter optado pelas cotas de acesso e permanência das pessoas transexuais e travestis na instituição.

A pesquisa documental se caracteriza por uma dupla perspectiva: i) apresentar documentos que semiotizem o comportamento social das pessoas dentro de um recorte

Eu nao vou me calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre de tempo e de espaço; ii) apresentar documentos que ainda não passaram por tratamento científico (CELLARD, 2008; SÁ-SILVA *et al*, 2009).

Entendemos que o fato de documentar algo confere à pesquisa documental natureza sociológica, já que isso nos ajuda a pensar em forças maiores, contidas em diferentes domínios sociais, capazes de explicar um determinado fenômeno. Nesse sentido, compreender a sociedade por meio do documento analisado é uma prática possível, já que a escrita documenta aspectos culturais e interacionais (BORTONIRICARDO, 2008; CELLARD, 2008; PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; SÁ-SILVA *et al*, 2009; SEVERINO, 2007).

O Quadro 1 sistematiza as perspectivas mencionadas acima a partir das especificidades deste trabalho. O quadro é constituído por duas colunas, sendo a primeira destinada às características da pesquisa documental e a segunda, à realidade deste trabalho.

**Quadro 1:** Relações Documentais da Pesquisa Científica

CARACTERÍSTICAS DOCUMENTAIS	ESTA PESQUISA
Semiotizar comportamentos sociais	A não convergência entre a proposta do documento e aumento das discussões sobre gênero no ensino superior, o que impulsiona as cotas de acesso e permanência de pessoas trans na universidade.
Resultados Lógicos	Por se tratar de um processo jurídico, há uma lógica no raciocínio do registro, evidenciada pelo tom denotativo da escrita.
Documento como registro	O documento de análise é o próprio processo jurídico, o qual encontra-se em domínio público.
Tratamento científico	O referido documento ainda não passou por tratamento científico constante, uma vez que sua publicação é recente, datado de 23/02/2023.

**Fonte:** Dos Autores

A abordagem qualitativa do tratamento dos dados se caracteriza pelo seu teor intersubjetivo, o que exige do pesquisador um olhar sensível no que se refere à captação dos discursos que estão no entorno do documento analisado. Isso porque a pesquisa qualitativa sistematiza olhares abstratos acerca do objeto investigado (BORTONIRICARDO, 2008; PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; SEVERINO, 2007).

Por fim, este desenho metodológico nos ajuda a compreender os movimentos sociais que circundam o *corpus* deste trabalho, partindo do pressuposto de que a referida proposta demanda um olhar mais holístico dos dados.

## Resultados e Discussão

Nesta seção, apresentamos o percurso de construção de análise dos dados da pesquisa. Para tanto, recorreremos aos fragmentos do processo que constitui o *corpus* deste artigo.

Organizamos esta seção a partir de fragmentos do Processo 5000681-64.2023.4.04.7101/RS, Evento 1, INIC1, os quais optamos por chamar “Fragmento 1”, “Fragmento 2” e “Fragmento 3”. Estes, por sua vez, foram extraídos do referido documento por entendermos que representam pontualmente a ideologia dominante no registro mencionado.

No Fragmento 1, há um posicionamento por parte do autor do documento no que compete à atuação do Conselho Universitário junto ao processo de criação das cotas naquela instituição.

### FRAGMENTO 1

Sem entrar no mérito da indicação apresentada ao Conselho Universitário, cabe salientar que na mesma **NÃO há NENHUM fundamento jurídico**, ou seja, **NÃO há menção a NENHUMA Lei** que possibilite, à Universidade, **CRIAR**, como se atividade legislativa fosse, o **DIREITO À COTA**, na Graduação e na Pós-Graduação, para as pessoas transgênero.

O que se percebe, facilmente, na indicação já colacionada, são as diversas citações de dados, inclusive a informação de que **NÃO EXISTE dado oficial**, sobre a situação, das pessoas transgênero, relatada no texto.

Do ponto de vista linguístico, os termos em destaque “NÃO há NENHUM fundamento jurídico”, “NÃO há menção a NENHUMA Lei”, “CRIAR”, “DIREITO À COTA” e “NÃO EXISTE dado oficial” funcionam como recursos lexico-gramaticais que reportam a uma tentativa de legitimação à reprovação dos autores do processo

Eu não vou me calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre quanto à aderência das cotas. O termo “NÃO”, em caixa alta, funciona como elemento

Com efeito, Excelência, **se todos esses dados NÃO aparecem nos documentos oficiais, no censo demográfico do IBGE e, sobretudo, na mídia, qual a comprovação de que eles existem?**

Por isso, na ausência de qualquer Legislação específica referente à matéria de **“cotas para transgênero”**, bem como da inexistência de dados oficiais relacionados à mesma, se tem, de maneira concreta, que essa indicação pode ser considerada, somente, como **fruto de política ideológica** que, há tempos, vem ocupando as Universidades brasileiras.

reprovativo às cotas, ao mesmo tempo em que evidencia uma postura negativa por parte dos autores que parecem buscar no discurso jurídico uma medida de legitimação.

Ideologicamente, encontramos uma inserção vocal que procura silenciar qualquer tipo de expansão do discurso de gênero por intermédio das cotas. Trata-se de um posicionamento baseado em represálias historicamente marcadas, que procuram minimizar as políticas afirmativas sobre pessoas trans no contexto da vida universitária. Isso, por sua vez, caracteriza uma disjunção abissal entre discursos em uma era pós-moderna, refletindo o comportamento hostil frequentemente visto em outros domínios sociais (BAKHTIN, 1984; MEY, 1998)

No Fragmento 2, há um direcionamento da voz do autor, o que ajuda a construir uma atmosfera de diálogo direto com a figura do juiz.

## FRAGMENTO 2

Do ponto de vista linguístico, o termo “Excelência” está sendo utilizado como vocativo, o que evidencia o direcionamento do discurso e, com isso, a exclusão interlocutiva daqueles que advogam a favor das cotas para pessoas trans. Somado a isso, a expressão “fruto de política ideológica” reverbera a tentativa discursiva de inferiorização da proposta das cotas, já que sugere que seja algo de cunho pessoal, sem interesses coletivos.

Ideologicamente, há um discurso baseado na assimetria pessoal *versus* coletivo, bastante recorrente no âmbito jurídico. Trata-se de uma tentativa de minimização do discurso de igualdade de gênero. Nesse sentido, podemos perceber a recombinação de vozes sociais que procuram distoar a verdadeira concepção das

cotas: integrar a pessoa trans no meio superior da educação nacional. Esse tom disfórico das vozes estabelece uma linha abissal, que opera na interface entre subordinante e subordinado (DAHLET, 2005; FIORIN, 2006).

No Fragmento 3, há o pedido de suspensão do pedido de criação das cotas por parte do autor do processo, o que culminaria na anulação do pedido de aderência à política de cotas para pessoas transexuais e travestis.

### FRAGMENTO 3

Em razão disso, **da Incompetência para a prática do Ato e da Ilegalidade (administrativa) do Objeto**, ou, melhor dizendo, **da AUSÊNCIA de competência da Universidade Federal do Rio Grande – FURG para CRIAR direitos**, a presente Ação Popular

iso 5000681-64.2023.4.04.7101/RS, Evento 1, INIC1, Página 8

tem por objetivo, em um primeiro momento, a **SUSPENSÃO**, em sede liminar, **DA RESOLUÇÃO CONSUN/FURG n.º 11 de 07 de outubro de 2022 e DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 2023 ESPECÍFICO PARA INGRESSO DE ESTUDANTES TRANSGÊNEROS**, bem como, no **julgamento do mérito**, a **ANULACÃO** da **Resolução CONSUN/FURG n.º 11 de 07 de outubro de 2022** e do **Edital do Processo Seletivo 2023 Específico para Ingresso de Estudantes Transgêneros (o resultado final desse edital é 28 de fevereiro de 2023)**.

Do ponto de vista linguístico, o termo “da incompetência para a prática do ato e da ilegalidade (administrativa) do objeto” introduz uma voz societal valorativa, uma vez que cria juízos de valores a partir do ato de administrativo de criação das cotas. Somada a isso, temos também como projeção vocal valorativa os termos “suspensão” e “anulação”, que trazem consigo um teor discursivo de pedido ou solicitação.

Ideologicamente, há um discurso que dialoga, de maneira bem próxima, com as vozes de pessoas heteroformativas que costumamos ouvir em outros domínios sociais menos formais. Trata-se, portanto, de uma sobreposição de vozes capazes de nutrir os

Eu não vou me calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre mesmos ideais de sua origem em diferentes contextos de uso (BAKHTIN, 2006; BLOMMAERT, 2014).

Considerando as demandas apontadas em 2023 pelos editais de seleção para entrada na educação superior, é possível uma resistência significativa em permitir o acesso de pessoas transexuais e travestis, em parte motivada diretamente pelo referido processo. Isso reverbera uma demanda social galgada no heteroformalismo e na cultura da intolerância.

Como consequência, o processo aqui analisado pode colaborar para desdobramentos de violência transfóbica que tem se intensificado nos últimos anos (SARTORI; PEREIRA, 2022a). Isso, por sua vez, pode dificultar o acesso e permanência do público trans ao ensino superior, dificultando sua inserção no mercado de trabalho.

Assim, em resposta ao problema de pesquisa levantado na Introdução deste trabalho, podemos entender que as análises apontadas aqui revelam tentativas de silenciamento das discussões das identidades de gênero no Brasil, considerando um olhar binário e heteroformativo acerca das políticas públicas. Entendemos que isso também reforça a posição de segregação que o público LGBTQIAP+ tem assumido no decorrer da história.

### Considerações Finais

Neste artigo, construímos sentidos a partir de uma medida judicial movida contra uma instituição de ensino superior, localizada ao Sul do Brasil, em decorrência de sua aderência às cotas de acesso e permanência das pessoas transexuais e travestis no bojo do ensino universitário. Estas análises consideraram a relação entre políticas públicas e estudos enunciativos da linguagem.

Para tanto, revisitemos o problema de pesquisa, elencado na *Introdução* deste artigo: *O que revelam as análises dos efeitos de sentidos causados pelo ato de censura às políticas afirmativas de cotas de acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis no contexto universitário de uma instituição brasileira?*

Compreendemos que a referida pergunta de investigação foi devidamente respondida no decorrer deste trabalho, em especial nas análises que desenvolvemos a partir dos resultados coletados. Nesse sentido, é válido dizermos que o Processo 5000681-64.2023.4.04.7101/RS ilustra uma retomada heteroformativa à imagem da

pessoa trans, figurativizando-a como uma pessoa não contemplada pelos Direitos Humanos de acesso à educação superior. Nesse sentido, dizemos que isso evidencia um discurso de exclusão historicamente construído em torno da referida figura.

Além disso, a pesquisa evidenciou uma tentativa de silenciamento das pessoas trans no bojo da educação superior, além de reverberar também uma postura preconceituosa e heteroformativa bastante questionável nos dias atuais.

Por fim, esperamos que situações como esta possam ser minimizadas no contexto social acadêmico, pois advogamos por um meio universitário menos preconceituoso e violento. As cotas passam a ser vistas como uma medida eficiente à concretização dessa necessidade.

### Referência

- ALVES, J. A. **Direitos Humanos como Tema Global**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2006.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2003.
- BAKHTIN, M. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. London: University of Minnesota Press, 1984.
- BAUMAN, Z. **Vida para o Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BLOMMAERT, J. Ideologias Linguísticas e Poder. In.: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (orgs). **Nova Pragmática: Modos de fazer**. São Paulo/SP: Cortez, 2014. p. 67-77.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DAHLET, P. Dialogização Enunciativa e Paisagens do Sujeito. In.: BRAIT, B. (org). **Bakhtin: Dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2005. p. 55-86.

FARIA, J. E. **Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. In.: FAZENDA, I (org). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 17-28.

FIORIN, J. L. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo/SP: Ática, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro:Graal, 2006.

GRAUPE, M. E.; LOCKS, G. A. Políticas Públicas de Gênero no Contexto Escolar: Percepções de Orientadoras Educacionais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p.197-213, 2019.

HANKS, W.F. **Língua como Prática Social**: Das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo/SP: Cortez, 2008.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero** : conceitos e termos. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p.25-52.

JUSTIÇA FEDERAL. **Portal Unificado da Justiça Federal da 4ª Região**. Disponível em: <<[LATOUR, B. \*\*Reagregando o Social\*\*: Uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador/BA: EDUSC, 2012.](https://consulta.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_valida_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5000681-64.2023.404.7101&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=RS&sistema=&codigoparte=&txtChave=>>. Acesso 05 março 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

LATOUR, B. **Como Fazer Ciência na Democracia**. Trad. de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2004.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LIMA, S. R. A. de. Mais Reflexão, Menos Informação. In.: FAZENDA, I. (org). **O que é Interdisciplinaridade**. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 185-199.

MEY, J. L. As Vozes da Sociedade: Letramento, consciência e poder. In.: **DELTA**. vol.14, n.2. São Paulo, 1998.

MEY, J. L. Sequencialidade, Contexto e Forma Linguística. In.: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (orgs). **Nova Pragmática: Modos de fazer**. São Paulo/SP: Cortez, 2014. p. 129-144.

MEY, J. L. **As Vozes da Sociedade: Seminários de Pragmática**. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

MEY, J. L. **As Vozes da Sociedade: Letramento, consciência e poder**. In.: DELTA. vol.14, n.2. São Paulo, 1998.

NASCIMENTO, J. **Le transfémisme: Genres et transidentités**. São Paulo: Anacaona Editions, 2022.

ODARA, T. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**. Salvador, Devires, 2020.

PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. **Metodologia da Pesquisa**. Pará de Minas (MG): Editora VirtualBooks, 2021.

PEREIRA, B. G.; FOSSILE, D. K. . Vozes de Professores em Formação Inicial em Relatórios de Estágio Supervisionado: Contribuições dos estudos pragmáticos. **Uniletras**, v. 37, p. 289-303, 2015.

ROSA, K. S. S. P. da. **Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana**. 2020. 135f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Humanidades, Direito e outras Legitimidades). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2020.

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo/SP: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 79, p. 71-94, novembro 2007.

SARTORI, T. L. Análise da Educação Brasileira em Face ao Estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 00, e022001, jan./dez. 2022a.

SARTORI, T. L. Educação, direitos humanos e políticas afirmativas: acesso e permanência do estudante trans no ensino superior. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 15, n. 46, p. 261-275, jul./dez.2022b.

SARTORI, T. L. **Educação, Direitos Humanos e Violência Homofóbica no Ambiente Escolar: A Concepção dos Gestores**. 2020. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul: SP, 2020.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Direitos Humanos e Políticas Públicas na Educação Superior: Algumas palavras sobre identidades de gênero. In: RIBEIRO, A. C. F *et al* (orgs). **Práticas da Interdisciplinaridade na Educação**. 1ed. Pará de Minas: Editora Virtual Books, 2022a, v. 1, p. 58-63.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Identidades de Gênero na Modernidade Líquida: Mapeamento de Políticas Públicas na Educação do Brasil. **Temática** – Revista eletrônica de publicação mensal, v. 09, p. 191-205, 2022b.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Percepções sobre Sociedade e Estado a partir da Semiótica: Olhares Enunciativos em Textos Sincreticos. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 19, p. 299-317, 2022c.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Autorrepresentações de Acadêmicos Cotistas a partir das Políticas Públicas de Acesso e Permanência de Pessoas Transexuais e Travestis na Educação Superior Brasileira. **International Journal Of Development Research**, v. 12, p. 59652-59654, 2022d.

SÁ-SILVA, J. R. *et al.* Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. I. 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, L. A. B. de; GRAUPE, M. E.; LOCKS, G. A. Políticas Públicas de Gênero no Contexto Escolar: Percepções de Orientadoras Educacionais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p.197-213, 2019.

SOUZA JÚNIOR, S. L. de. **Direitos Sexuais e Políticas Públicas**: O combate à discriminação para a concretização dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Estado do Pará. 2012. 157f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém: PA, 2012.

Recebido em abril de 2023.  
Aprovado em julho de 2023.